

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 601/XII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO O ALARGAMENTO DA REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS BEM COMO O INVESTIMENTO PÚBLICO EM UNIDADES PÚBLICAS DESTA REDE

O Governo havia prometido que, durante o ano de 2012, abriria 2222 novas camas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). De acordo com os dados oficiais disponíveis, patentes no Relatório de monitorização do desenvolvimento e da atividade da Rede Nacional de Cuidados Continuados, referentes a 30 de junho de 2012, abriram apenas 353 camas. O Governo prometeu mas ficou muito longe de cumprir.

A rede precisa ser alargada de uma forma sustentada e planificada; no entanto, a estratégia que tem vindo a ser utilizada pelo Governo tem privilegiado a contratualização com o setor social e privado com fins lucrativos, em detrimento do investimento público. Esta estratégia está a comprometer o alargamento da rede, que fica refém da iniciativa destes setores, do seu interesse económico e capacidade de investimento, diferentes de zona para zona do país. Esta situação é patente em diversos pontos do país, fazendo-se sentir de uma forma particularmente grave em algumas regiões, como seja Algarve e Lisboa e Vale do Tejo.

Urge portanto encarar de frente e com compromisso público a existência de uma RNCCI, garantindo o investimento público na rede bem como o alargamento da mesma, que é e será cada vez mais necessária.

Recorde-se que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a esperança média de vida à nascença em Portugal passou de 67,1 anos de idade em 1970 para 79,6 anos em 2010. Em apenas 40 anos, Portugal aumentou em mais doze anos a esperança média de vida à nascença. Por outro lado, a natalidade tem vindo a diminuir e, de acordo com o Censos 2011, atualmente a população idosa, com mais de 65 anos é de 2023 milhões de pessoas sendo que mais de 1 milhão e 200 mil vivem sós ou na companhia de outros idosos.

Felizmente, as pessoas vivem agora até mais tarde e muitas fazem-no com saúde e qualidade de vida, para o que contribuiu inequivocamente a implementação de um estado social que garantiu serviços públicos de saúde e de segurança social. Não obstante, muitas são também as pessoas que necessitam de cuidados específicos, seja por fatores associados à idade seja por questões de saúde associadas a doença. Como tal, é fundamental garantir que os serviços públicos são capazes de assegurar e disponibilizar os cuidados adequados nestas situações.

Atendendo a esta realidade, em 2006 foi criada a RNCCI sob tutela do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho). A RNCCI, que presta cuidados continuados integrados e cuidados paliativos, prevê a existência de quatro tipologias de unidades de internamento, sendo elas as unidades de convalescença (UC), as unidades de média duração e reabilitação (UMDR), as unidades de longa duração e manutenção (ULDM) e as unidades de cuidados paliativos (UCP).

De acordo com os objetivos preconizados no Programa Nacional de Cuidados Paliativos 2011-2013, elaborado pela RNCCI, em 2013 a demora média de admissão em UCP deveria ser de 24 horas, a taxa de ocupação das UCP deveria ser de 85% ou mais e todas as pessoas referenciadas para cuidados paliativos para descanso do cuidador deveriam conseguir ver o seu intento atingido.

Estamos em 2013 e estes objetivos estão muito longe da concretização no que concerne aos cuidados paliativos. Relativamente aos cuidados continuados integrados, as carências são também muitas.

Segundo os dados oficiais mais recentes, referentes a 30 de junho de 2012 e patentes no Relatório de monitorização do desenvolvimento e da atividade da Rede Nacional de

Cuidados Continuados, há 1010 utentes à espera de uma vaga, havendo 5948 camas contratualizadas em todo o país, com a seguinte distribuição:

TIPOLOGIAS	NORTE	CENTRO	LISBOA VT	ALENTEJO	ALGARVE	TOTAL
Convalescença	332	202	157	135	80	906
Média duração e reabilitação	540	597	408	159	104	1080
Longa duração e manutenção	963	822	646	391	219	3041
Paliativos	53	45	68	17	10	193
Total	1888	1666	1279	702	413	5948

in Relatório de monitorização do desenvolvimento e da atividade da Rede Nacional de Cuidados Continuados (30/06/2012)

De acordo com este relatório, durante o primeiro semestre de 2012, abriram 353 novas camas, sendo 61 em UMDR, 289 em UNLM, 3 em UCP e nenhuma em unidades de convalescença. Estes números reais - 353 novas camas - não têm qualquer correspondência com a promessa de 2222 novas camas em 2012 que o Governo havia efetuado.

O Bloco de Esquerda tem acompanhado atentamente esta situação e por diversas vezes questionou o Governo, o que nos permite constatar que o Governo é de promessas fáceis e cumprimentos difíceis. De facto, a RNCCI continua a apresentar muitas debilidades às quais o Governo tem que fazer face.

Por um lado, há uma manifesta falta de camas que o Governo reconhece, caso contrário não teria prometido abrir 2222 durante o ano de 2012. Por outro lado, regista-se uma dificuldade de acesso ainda maior em algumas regiões, como seja Lisboa e Vale do Tejo (LVT). De facto, 88% dos utentes a aguardar vaga em UCP encontram-se nesta região sendo que 57% do total de 1010 utentes em espera se situam também em LVT.

É um facto que as camas não irão aparecer se não houver vontade de fazer investimento público na rede. A escassez de camas verificada em LVT e noutras regiões é originada pela opção que os governos têm vindo a assumir relativamente à RNCC, que passa pela contratualização com o setor social e com o setor privado com fins lucrativos, em detrimento da iniciativa pública, inserida na rede do Serviço Nacional de Saúde. De facto, apenas 8,7% do total de camas disponibilizadas são do SNS, como se pode constatar no quadro abaixo:

ENTIDADE PRESTADORA		Nº ACORDOS CELEBRADOS	% ACORDOS CELEBRADOS	Nº CAMAS CONTRATADAS	% CAMAS POR ACORDOS CELEBRADOS
Serviço Nacional de Saúde (SNS)		31	11%	519	8,7%
Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS)	Santa Casa da Misericórdia	140	52%	2795	47,0%
	Outras	49	18%	1245	20,9%
Total IPSS		189	70%	4040	67,9%
PRIVADO com fins lucrativos		50	19%	1389	23,4%
TOTAL		270		5948	

In Relatório de monitorização do desenvolvimento e da atividade da Rede Nacional de Cuidados Continuados, de julho de 2012, referente ao primeiro semestre de 2012 (dados referentes a 30/06/2012)

Verifica-se uma clara opção do Estado em favor das IPSS e inclusivamente do setor lucrativo, em detrimento do setor público. Esta escolha coloca a rede na dependência dos interesses do setor social e privado, comprometendo o seu alargamento em função do interesse destes setores. Por este motivo, existem pouquíssimas camas em determinadas regiões uma vez que estes setores não têm o mesmo interesse económico na disponibilização destes serviços em algumas regiões. No entanto, este é um serviço público, fundamental hoje e no futuro, que tem que ser garantido e disponibilizado aos cidadãos.

Recorde-se que, há poucos meses foi aprovada a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, onde se consagra o direito de acesso dos cidadãos aos cuidados paliativos, definindo “a responsabilidade do Estado em matéria de cuidados paliativos e criando a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP) a funcionar sob tutela do Ministério da Saúde (Lei n.º 5272012, de 5 de setembro).

Contata-se assim um anacronismo entre as intenções e a prática. Legisla-se no sentido do reconhecimento de direitos no acesso aos cuidados continuados e paliativos mas as camas são claramente insuficientes. Existem unidades prontas a funcionar mas o Governo não as contratualiza.

A disponibilização de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos às populações é necessária e fundamental. Urge portanto investir nesta rede, garantindo a sua existência na esfera pública e assegurando as camas necessárias para dar resposta às necessidades do país, não descurando nenhuma região, investindo prioritariamente nas zonas mais deficitárias, providenciando condições para a abertura das unidades que se encontram já concluídas e garantindo a dimensão pública da rede.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

- O investimento público em unidades públicas de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos;
- A contratualização com as unidades que se encontram prontas a funcionar;
- Investimento prioritário na disponibilização de mais camas nas zonas particularmente carenciadas, como Lisboa e Vale do Tejo, garantindo camas em unidades de convalescença, média duração e reabilitação, longa duração e manutenção e cuidados paliativos de modo a fazer face às necessidades.

Assembleia da República, 1 de fevereiro de 2013.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,